

EDUCAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

INDIGENOUS EDUCATION IN THE LEGAL AMAZON: AN ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT

Rony Von de Jesus Santos¹

Jailson Ferreira²

Cladir Huther de Moraes³

Luiz Carlos Pires de Moraes⁴

Elisangela Barbosa Mota⁵

RESUMO: O estudo foi uma análise do Projeto Político Pedagógico - PPP da escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Boatt Gerainny na Terra Indígena Rio Branco que está localizada no Município de Alta Floresta d'Oeste no Estado Rondônia. Com objetivo de refletir sobre a Educação Escola Indígena e os saberes que compõem o currículo do PPP. A abordagem é qualitativa e a metodologia utilizada foi documental, nesse sentido o documento foi o Projeto Político Pedagógico da Escola. Averiguou-se que esse povo Indígena tem a Educação Escolar como ferramenta essencial na busca de autonomia e fortalecimento de sua identidade, apesar das lutas para se firmar com sua cultura ao longo dos anos.

Palavras-chave: Educação Indígena. Projeto Político. Currículo.

ABSTRACT: The study was an analysis of the Political Pedagogical Project - PPP of the State Indigenous School of Elementary and Secondary Education Boatt Gerainny in the Rio Branco Indigenous Land, which is located in the Municipality of Alta Floresta d' Oeste in the State of Rondônia. With the aim of reflecting on Indigenous School Education and the knowledge that makes up the PPP curriculum. The approach is qualitative and the methodology used was documentary, in this sense the document was the School Political Project. It was found that these Indigenous people have School Education as an essential tool in the search for autonomy and strengthening their identity, despite the struggles to establish themselves with their culture over the years.

Keywords: Indigenous Education. Political Project. Curriculum.

¹Mestre em Ensino de Ciências da Natureza - PPGE-CN - UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Professor da Rede Municipal de Ensino - SEMED/Ariquemes-RO. Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação Matemática na Amazônia (GEPHEMA).

²Mestrando em Educação - UNESA - Universidade de Estácio de Sá. Professor da Rede Municipal de Ensino SEMED/Ariquemes-RO.

³Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional - FARO. Professora da Rede Municipal de Ensino - SEMED/Ariquemes-RO.

⁴Mestre em Ciências Ambientais - UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Professor da Rede Municipal de Ensino - SEMED/Ariquemes-RO.

⁵Especialista em Coordenação Pedagógica - UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Professora da Rede Municipal de Ensino - SEMED/Ariquemes-RO.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre a Educação Escolar Indígena e os saberes quem compõem o currículo proposto pelo Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Boatt Gerainny dos povos Tupari, Kanoé, Makurap, Kampé, Aruá, Wajuru, Jabuti e Arikapu que ocupam a Terra Indígena Rio Branco localizados nos Município de Alta Floresta d'Oeste de Rondônia, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé.

A escolha da escola se deu pela quantidade de etnias, porque aumenta o desafio na construção do PPP que deve atender as necessidades da educação de cada Povo, “pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...]” (BLOCH, 2001, p. 79)

Os conteúdos específicos propostos pelo currículo do PPP da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Boatt Gerainny são adequados para o desenvolvimento de uma Educação Escolar Indígena que aprove a realidade e necessidades do povo da Terra Indígena Rio Branco?

Caminhos Metodológicos

2226

A pesquisa foi qualitativa com análise documental. Para Silva e Mendes (2013, p.207) a abordagem,

[...] baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

A análise documental como metodologia, de acordo com Godoy (1995, p.21),

A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Nesta direção, a pesquisa documental pode representar uma inovação apoiando os estudos de alguns assuntos. Pois, os documentos são importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos. Como afirma Bloch, precisa saber interrogá-los.

Os documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano (PHILLIPS 1974, p.187)”. De acordo com Appolinário (2009, p. 67), o documento é “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova.

Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”

O documento escolhido para a análise foi o PPP da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Boatt Gerainny da Terra Indígena Rio Branco. Compreende-se que com a análise do PPP, seja possível verificar se há evidências na proposta pedagógica de uma educação característica e/ou diferente da realidade indígena.

As lutas por uma Educação Indígena no Brasil

A educação indígena começou com a chegada dos Portugueses no Brasil por volta do ano 1546. Esse ensino realizado pelos padres jesuítas, que eram padres católicos e faziam parte da Companhia de Jesus. Tinham como objetivos: evangelizar os índios através da religião dos invasores e transmitir as línguas portuguesa e espanhola, os costumes europeus e a religião católica, evitando o avanço do protestantismo, pois de acordo com Souza Lima (1995, p. 191),

Tratava-se, pois, de noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita) e estímulo ao abandono das línguas nativas, além de se introduzir uma série de pequenas alterações no cotidiano de um povo indígena, a partir de formas de socialização características de sociedades que têm na escola seu principal veículo de reprodução cultural.

2227

Já no século XX, com o modelo integrador do governo brasileiro as escolas técnicas atuam na formação de mão de obra para atender o mercado, este modelo de educação contribui com a educação indígena apontava para a extinção dos povos originários permitindo as várias ordens religiosas.

Com a criação da FUNAI no ano 1967, a educação indígena ocorre algumas mudanças nas práticas escolas, levando “para áreas indígenas linguistas de outras nacionalidades, muitos deles ligados a missões religiosas, os quais passaram a atuar no sentido de criar a escrita da língua de diversos povos (BERGAMASCHI & MEDEIROS, 2010. p.)”.

Através da Lei nº 6.001/1973, as escolas, nas aldeias passam a ser de responsabilidade do Ministério do Interior que orienta o ensino nas escolas indígenas a língua materna de cada povo uso nestas escolas da língua de cada povo, junto com a Língua Portuguesa na alfabetização.

Os demais avanços na educação indígena são decorrente de muitas lutas do povos que de acordo com Bergamaschi & Medeiros, (2010. p.20),

Inicia-se na década de 1970 um movimento incisivo de organização dos povos originários que, com o apoio de setores da Igreja, da universidade e de ONGs, e em consonância com os movimentos indígenas internacionais, explicitam suas reivindicações pelo direito à diferença, à terra, à saúde e à educação diferenciada.

Essas reivindicações foram consolidadas pela Constituição Federal de 1988 que assegura o direito a organização social, costumes, línguas, crenças e atrações, como também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagens. Na educação formal com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 garante a educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

No ano de 1988 é publicado o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), este documento foi elaborado por lideranças indígenas de todo país, com especialistas em educação e professores indígenas. O documento traz orientações para o ensino nas escolas indígenas de todo o país. Para o RCNEI (1998, p.13),

[...]cada escola indígena construa o seu próprio referencial de análise e avaliação do que nela está sendo feito e, ao mesmo tempo, elabore um planejamento adequado para o que nela se quer realizar. Nesse sentido, o Referencial aqui apresentado tem função formativa e não normativa.

Posteriormente, com a aprovação do Conselho Federal de Educação, instituíram as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena, criando a escola indígena. E o com o Plano Nacional da Educação (PNE), tem um capítulo específico para educação escolar indígena que ainda, estabelece 21 objetivos e metas.

Pode se observar que com as lutas, algumas políticas públicas foram incrementadas para a educação escolar dos povos indígenas. Portanto, mediante aos ataques sofridos pelos povos originários nos últimos anos no Brasil, certamente a educação sofreu algum retrocesso, tendo em vista que a educação é um projeto de dominação ou libertação social.

Terra indígena Rio Branco

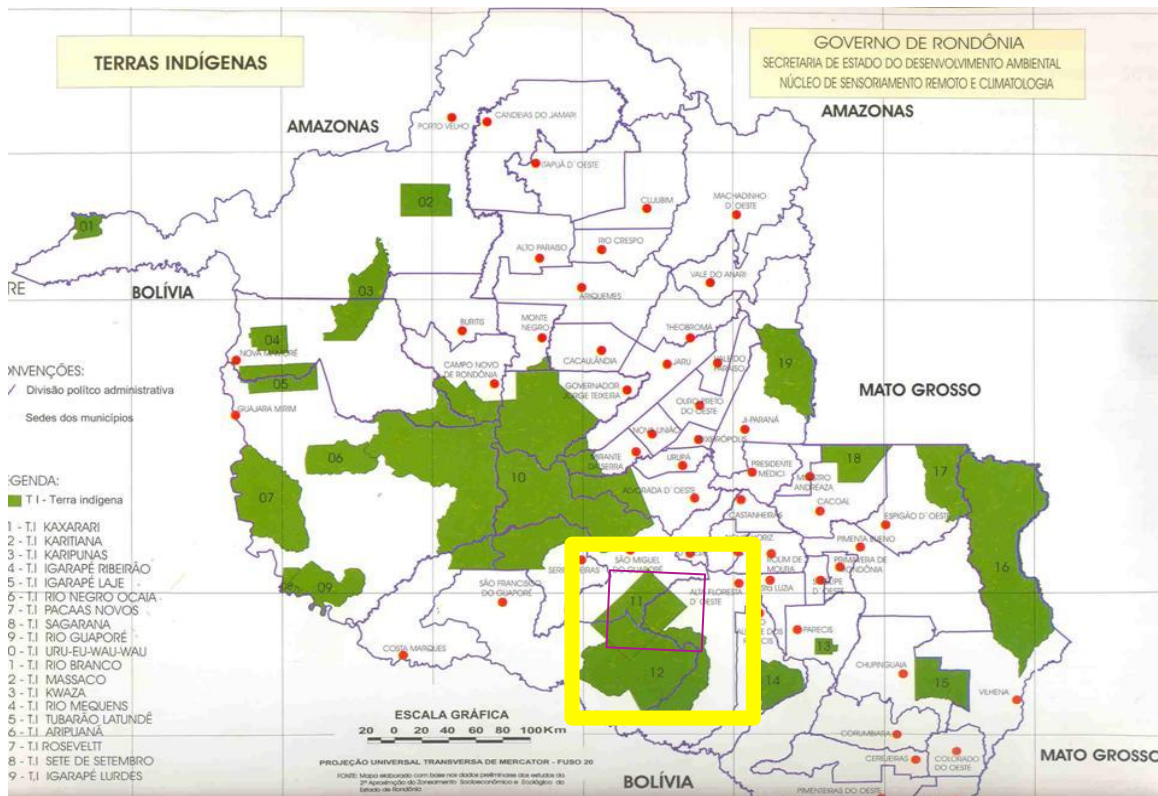
A Terra Indígena (TI) Rio Branco foi homologada no ano de 1986, está localizada em Rondônia nos Municípios de Alta Floresta d'Oeste, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, na região de fronteira com a Bolívia – Amazônia Legal. Nela vivem os povos Arikapú, Aruá, Djeoromitxí, Kanoê, Kampé, Makurap, Sakirabiat e Tupari. De acordo com as Figuras abaixo.

Figura 01 – Terra Indígena Rio Branco e a Terra Indígena Massaco



Fonte: <http://www.glicemere.com/portfolio/primeiro-encontro-entre-os-kanoe/>

Figura 02 - Terras Indígenas (Terra Indígena Rio Branco e Terra Indígena Massaco)



Fonte: <http://www.glicemere.com/portfolio/primeiro-encontro-entre-os-kanoe/>

Na Figura 01 está a Terra Indígena Rio Branco e a Terra Indígena Massaco, uma do lado da outra. Agora na Figura 02 (adaptada pelo pesquisador) as duas Terras Indígenas (Terra Indígena Rio Branco e Terra Indígena Massaco) circundada de amarelo e de azul somente a Terra Indígena Rio Branco. Com cerca de 237241,71 hectares de superfície.

Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Boatt Gerainny

As tentativas de instalação de uma escola na Terra Indígena Rio Branco tiveram início na década de 1980,

O indígena Fernando Maria Duarte, entrou na Terra indígena Rio Branco pela primeira vez, ele na época trabalhava como piloto e nessa viagem ele levou um professor não indígena, não se sabe quem mandou esse professor que era de Guajará Mirim e ficou na reserva cerca de 15 dias e iniciou as aulas em uma casinha de palhas, de maneira muito rudimentar, era o primeiro contato dos indígenas dessa região com a escrita e a leitura. Sic. (PPP. 2022, p. 07)

Com a saída do professor, o indígena Fernando Maria Duarte que já era alfabetizado passou a ensinar aos parentes um pouco do que sabia.

Com o início da demarcação da Terra Indígena no ano de 1982, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI com a equipe de composto por militares, um professor não indígena, enfermeiras e um pedreiro que iria construir a escola de madeira, Eternit e piso de cimento queimado.

O primeiro professor indígena foi contratado somente no ano de 1991 conforme o PPP (2022, p. 08),

Em 1991, foi contratado o primeiro professor indígena para trabalhar na Escola Boatt Gerainny, como professor, o indígena: Fernando Maria Duarte, que havia trabalhado como piloto e depois como professor voluntário, ele foi contratado pela prefeitura de São Miguel e trabalhou 01 ano por esse contrato, depois disso o contrato foi renovado outras vezes. Em 1996 ele foi contratado pelo Estado de Rondônia para atender a Escola Boatt Gerainny.

2230

Portanto, somente no ano de 1992 que o Governo do Estado de Rondônia regularizou a Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Boatt Gerainny, através do Dec. Nº 5705 DE 21/10/92, para atender o Ensino Fundamental I, iniciando assim, a formalização do Ensino dentro da Terra Indígena. “O nome da Escola é uma homenagem póstuma da comunidade da Aldeia São Luís ao senhor Alfredo Dias Makurap, grande chefe indígena, seu nome na língua era Gerainny, Boatt na língua Makurap, significa Chefe (PPP, 2022, p.07)”. De acordo com o PPP (2022, p. 07), o senhor “Gerainny foi o primeiro indígena a sonhar com a educação sistematizada, era tido como um capitão da comunidade Rio Branco, antes conhecida, como Seringal Rio Branco”.

Somente no ano de 2009 a escola passou a ofertar o Ensino Fundamental II,

Em 2008, a escola por meio das Portarias nº 562 e 563/08 – GAB/SEDUC passa ofertar o Ensino Fundamental de 9 anos.

A primeira turma de 6º Ano do Ensino Fundamental teve início no ano de 2009 e ocorreu de forma gradativa até atingir o 9º Ano em 2012, porém embora a escola fosse oficialmente criada, os estudos oferecidos por ela não tinham certificação

(histórico, transferências), os alunos estudavam e não tinham documentos que comprovassem sua escolaridade. (PPP, 2022, p.08).

A partir de 2015 a escola foi totalmente regularizada podendo emitir as certificações de escolaridade para os alunos.

No ano de 2017, passou a ofertar o Ensino Médio através da Mediação Tecnológica na Escola Boatt Gerainny. Na Mediação Tecnológica até 2019 as aulas eram transmitidas via satélite em tempo real e os alunos assistiam em uma TV. A partir do ano de 2020 as aulas passaram a ser disponibilizadas no canal You Tube. Nesta modalidade de Ensino (Ensino Médio com Mediação Tecnológica - EMTEC) certamente não parte da realidade do aluno indígena, uma vez que as aulas são planejadas para todos os alunos do Ensino Médio da zona rural do Estado de Rondônia.

Com essa problemática, como o PPP pode atender as necessidades dos povos indígenas dessa comunidade? O PPP é um documento que foi elaborado pelos povos Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Boatt Gerainny e que permite se firmar enquanto sujeito e em quanto povo. Para Betini (2005, p.38) o PPP mostra é:

A visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

2231

“A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a dá uma direção, um rumo para as ações da escola (VEIGA, 2002, p. 13-14)”, sendo o retrato da escola e daquilo que a comunidade escolar acredita. Pois sua construção ocorre de maneira interdisciplinar e com a participação de professores, demais funcionários da escola e representantes da comunidade. É a afirmação de um povo na escola.

O Projeto Político Pedagógico, foi elaborado Pela Secretaria de Estado de Educação de Rondônia e indígenas da Terra Indígena Rio Branco, que buscaram assegurar os direitos dos povos indígenas, uma vez que são 8 etnias nesta escola. Para atender as necessidades de cada etnia foi preciso pensar um novo currículo; conteúdos; carga-horária; calendário e outros assuntos relevante à educação. Sendo assim, foi realizada diversas reuniões com os povos da Terra Indígena Rio Branco para que pudessem estar representados no PPP a educação partindo das experiências dos indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa foi observado através do PPP as competências as finalidades de cada sujeito da gestão escolar, bem como a participação da comunidade da Terra Indígena Rio Branco na construção do Projeto Político Pedagógico.

De acordo com o PPP, “pelo menos os professores do 1º ao 5º ano deve pertencer a comunidade, onde a escola está situada (PPP, 2022, p. 28)”, essa exigências é somente para as séries/anos iniciais.

As disciplinas comuns do currículo para o Ensino Fundamental II são: Ciências, Língua Portuguesa, Educação Física, Artes, Língua Inglesa, História, geografia e matemática. Dessas disciplinas os professores não indígenas lecionam as disciplinas de Ciências, Língua Portuguesa, Educação Física, Artes, Língua Inglesa e História. No Ensino Fundamental II e Ensino Médio não há nenhuma exigência que os professores tenham que morar na comunidade, pois não tem professores na comunidade com formação para disciplinas específicas. O ensino médio é através da Mediação Tecnológica. Nessa modalidade as aulas são gravadas em estúdios e disponibilizadas por meio de um canal no You Tube.

É de responsabilidade dos professores indígenas, “o desafio de tornar a escola um espaço de interculturalidade, valorizando a leitura, a escrita e o processo de interação, sem prejuízo da oralidade e das tradições indígenas, preservando e valorizando frente aos novos conhecimentos a cultura indígena (PPP. 2022, p. 28)

Referente a língua materna ensinada na alfabetização das etnias Tupari, Makurap as únicas que possuem um estudo da língua. As etnias Aruá e Kanoé estão em processo de restauração da língua. No entanto, a língua das etnias Kampé, Wajuru, Jabuti e Arikapu não é ensinado, pois não há falantes. Significa que uma parte da rica cultura brasileira está se perdendo.

Com isso, o ensino diferenciado, intercultural; multilíngue, com currículo e calendário escolar adequados fica prejudicado. Para Nazareno (2017, p. 498):

A educação bilíngue e intercultural de caráter marcadamente político possibilitou retomar, pelo menos em parte, as línguas, os saberes e a dignidade dos povos indígenas. Ela possui relevância epistemológica ao demonstrar como os saberes indígenas podem e devem ser trazidos à tona em razão de sua pertinência, observada no cotidiano de cada povo indígena.

De acordo com Nazareno (2017, p. 498):

A educação bilíngue e intercultural de caráter marcadamente político possibilitou retomar, pelo menos em parte, as línguas, os saberes e a dignidade dos povos indígenas. Ela possui relevância epistemológica ao demonstrar como os saberes indígenas podem e devem ser trazidos à tona em razão de sua pertinência, observada no cotidiano de cada povo indígena.

No entanto, para 4 etnias da Terra Indígena Rio Branco não é possível o ensino da língua, pois não possuem falantes.

Conforme Ladeira (2004, p. 143):

O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas.

Esse desafio torna ainda maior quando tem várias etnias que não falam a língua materna.

E ainda, a biblioteca que poderia ter diversos livros contando a história e cultura dos povos originários. Não possuem livros de literatura e nem livros relatando as histórias dos povos indígenas e nem contos de seu cotidiano.

Por mais que haja boa vontade dos professores para ensinar, é difícil realizar uma educação de acordo com as necessidades dos povos indígenas da região amazônica.

CONCLUSÃO

No Brasil há dispositivo legal para uma educação indígena que venha a valorizar e resgatar a cultura dos povos originários. O que falta é responsabilidade por parte dos governantes e investimentos.

O PPP com suas diretrizes é um projeto que direciona a educação de uma escola, de uma comunidade, de um povo. Portanto, é imprescindível que haja políticas públicas para sua aplicação.

Um país que deixa o povo perder sua língua materna é como se todos os brasileiros perdessem parte de sua identidade. Possa ser que seja proposital, estratégico para acabar de vez com os povos originários.

Por fim, é necessário que a educação seja desenvolvida de forma que cada povo assuma o seu protagonismo e tenha orgulho de ser e que seja respeitado.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.
- BETINI G. A. **A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola**. Revista Pedagogia Unipinhal. P. 37-44, 2005.
- BERGAMASCHI, M. A.. MEDEIROS, J. S.. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang**. Disponível: scielo.br/j/rbh/a/xwLfPnXVfss8xgqJScZQyps/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06/01/2024.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BRASIL. **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS**. Disponível: https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- LADEIRA, M. E. **Desafios de uma política para a educação escolar indígena**. Revista de Estudos e Pesquisas, v. 1, n. 2, p. 141-155, 2004.
- NAZARENO, E. **PIBID-diversidade: construção de bases epistemológicas na formação de professores indígenas**. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 3, n. 2 - Especial, p. 493-506, jan./jun.2017.
- PHILLIPIS, B.S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1974.
- SOUZA LIMA, A.C.de. **Um grande cerco de paz: pode tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Pedrópolis, RJ. Vozes, 1995.
- SILVA, M. J. MENDES. P.P. de. - **Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação**. Disponível: <https://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438-13.pdf>
- VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.